

FORMAÇÃO DE GESTORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES¹

Alexandro Braga Vieira²

Universidade Federal do Espírito Santo
allexbraga@hotmail.com

Ariadna Pereira Siqueira Effgen³

Universidade Federal do Espírito Santo
siqueiraariadna@yahoo.com

Juliana de Oliveira Nogueira⁴

Universidade Federal do Espírito Santo
julyndinha@hotmail.com

Mariangela Lima de Almeida⁵

Universidade Federal do Espírito Santo
mlalmeida28@yahoo.com.br

Resumo: O artigo apresenta um processo de planejamento coletivo de curso de Formação de Gestores de Educação Especial. Assume como pressuposto a construção coletiva. Participaram da discussão 20 gestores de setores de Educação Especial de 17 municípios e três Superintendências de Educação. Os resultados apontam que os gestores têm clareza sobre as áreas de conhecimento que exigem maior formação: financiamento; aspectos históricos; legislação; currículo e Educação Especial; interfaces da Educação Especial com outras áreas do conhecimento, setores da Educação, escolas, instituições e órgãos centrais. Seus apontamentos sinalizam em direções próximas a outros estudos, o que evidencia uma perspectiva analítico-crítica da área.

Palavras-chave: educação especial; formação de gestores; políticas educacionais.

Pesquisar a situação e as demandas da Educação Especial no Espírito Santo, considerando o que temos como corpus de conhecimento, vem se constituindo, a partir de estudos recentes (JESUS, 2009; JESUS, 2008), uma responsabilização do grupo de pesquisa “Educação Especial: formação de profissionais, práticas pedagógicas e políticas de inclusão escolar”, vinculado à linha Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas da Universidade Federal do Espírito Santo. Os resultados recentes revelam que para adensar esse conhecimento e, simultaneamente, fazer com que ele se constitua como parte de nossas práticas políticas e pedagógicas, nas diferentes esferas do sistema educacional, necessitamos constituir outras formas de conhecimento.

Nesse sentido, propomos um estudo que, simultaneamente, aborde movimentos políticos, bem como os processos de formação dos gestores. Tomando a legislação brasileira e

1 FOMENTO: CNPq, SEDU/ES

2 Doutorado em Educação – PPGE/UFES

3 Mestranda em Educação – PPGE/UFES – Bolsista CAPES

4 Mestranda em Educação – PPGE/UFES

5 Professora Adjunta do Departamento de Educação, Política e Sociedade do Centro de Educação - UFES

a do Estado como suporte e direcionamento, pretendemos estudar como a Política Nacional de Educação Especial (2008) e as diretrizes para a Educação Especial no Estado do Espírito Santo vêm subsidiando a gestão pública desta modalidade de ensino que é realizada tanto na escola pública quanto nas instituições especializadas, neste segundo caso, pela via do atendimento educacional especializado. Buscamos, também, com essa dinâmica, instituir novas/outras vias.

Salientamos a relevância de tal abordagem, tanto no que tange ao conhecimento local sobre a realidade capixaba, quanto no desenvolvimento de subsídios que apoiem a esfera pública da educação.

Considerando os movimentos que vêm se instituindo nos municípios de norte a sul do Estado do Espírito Santo, em favor da escolarização de alunos da modalidade da Educação Especial, observamos que neles se colocam questões relativas ao financiamento, às formas de atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais (NEE), aos processos de formação de professores, à nomeação/identificação dos sujeitos que vem sendo contemplados pelas políticas de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar, ao trabalho das equipes de gestão escolar; aos modos de atendimento educacional e de gestão dos setores públicos de Educação Especial.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE GESTORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A legislação educacional vigente estabelece que em todos os municípios e em diretorias/superintendências ou órgãos equivalentes na esfera estadual, haja um setor/órgão responsável por responder às questões da Educação Especial, modalidade de ensino que atravessa os diferentes níveis educacionais e que atende a alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, assim como estabelecido na Resolução 2 (CNE, CEB 11-09-2001):

Art. 3º Por *educação especial*, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. (BRASIL, 2001)

Nesse sentido, estados e municípios vêm buscando adequar-se a tal dispositivo legal, no entanto, os esforços são diferenciados.

Nossa Superintendência tem pelo menos uma pessoa responsável por cada modalidade (SRE “A”, 2008).

O município tem uma “equipe”, eu sou para tudo e de Educação Especial entendo pouco. Estou tentando [...] (Município 12, 2008).

Essas falas são eloquentes e apontam para a evidente demanda. Se por um lado os órgãos centrais, em nível de sistemas municipais e estadual, sinalizam a existência de profissionais, por outro lado, fica também evidente a necessidade desses profissionais-gestores serem capacitados para tal.

Os estudos recentes das Políticas de Educação Especial no Espírito Santo (JESUS 2008; JESUS 2009) apontam que uma das questões centrais se associa à formação dos profissionais envolvidos nos “fazeres”, seja no que tange às práticas pedagógicas, seja no que tange à gestão de sistemas. Por outro lado, também, expressam que tem havido uma crescente preocupação com a formação continuada na área do fazer escolar, incentivado, na maioria das vezes, pelo Programa Nacional de Educação Inclusiva: direito à diversidade (BRASIL, 2007).

Tal proposta tem contribuído para um movimento que mobiliza uma parcela significativa de educadores. Observa-se, no entanto, que igual preocupação não se presentifica quando o eixo central é uma possível formação de gestores de Educação Especial que atuem nos órgãos centrais.

Assim sendo, acreditamos que uma proposta de formação de gestores com características de pesquisa-ação (JESUS,2008), pode se constituir como disparadora de processos instituintes de elaboração, avaliação, reelaboração de políticas públicas locais, bem como de práticas educacionais de gestão que viabilizem uma Educação Especial, em uma perspectiva inclusiva, que garanta acesso, permanência e educação de qualidade social para todos os alunos, considerando as diferenças.

Permanece o destaque para a relevância e necessidade de estudos sobre as políticas instituídas. Nossa meta, neste momento se coloca em acompanhar, em contexto, como estão sendo vividas, nos diferentes municípios do Estado do Espírito Santo, as políticas que vão se instituindo a partir das realidades locais.

Além disso, pretendemos a partir da leitura da realidade que nos foi possibilitada pela realização do estudo “Políticas de Educação, Inclusão Escolar e Diversidade pelo olhar daqueles que as praticam: por diferentes trilhas” (JESUS, 2009), instituir com um grupo de profissionais gestores da Educação Especial do Estado o processo de formação continuada.

O corpus de conhecimento constituído a partir de diferentes pesquisas aponta, claramente, para a necessidade de investimentos na formação de gestores em Educação Especial, mediante as novas diretrizes que vêm sendo construídas, tanto em âmbito nacional, quanto estadual para a Educação Especial, na perspectiva da inclusão escolar. Discussões sobre financiamento, perspectivas de atendimento, censo de alunos, realização de “parcerias”, formação de professores, recursos pedagógicos, instituição de salas de recursos multifuncionais são apontadas pelos profissionais que atuam no Setor de Educação Especial das Secretarias Municipais e Estadual de Educação na elaboração e mediação de políticas públicas educacionais, como temas importantes do conjunto de conhecimento de que necessitam dispor.

Naturalmente, outros tantos aspectos necessitam ser tensionados, considerando as realidades capixabas locais e, acima de tudo, entendendo que a formação de profissionais da Educação precisa ser assumida como Política de Estado.

Considerando a relevância de instituir processos de sistematização de políticas públicas de Educação Especial no Estado, assumimos a responsabilidade sócio-acadêmica da Universidade em concretizar ações de formação continuada. Tal consideração não se aplica apenas ao Estado do Espírito Santo. Estudos em nível nacional (BUENO et al., 2003), encomendados pelo grupo de trabalho em Educação Especial da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), ocuparam-se de analisar as políticas de Educação Especial no Brasil, tomando como unidade de análise as regiões brasileiras e os Estados.

Essas pesquisas sinalizam que os documentos legais e oficiais influenciam as políticas e as práticas concretas, seja em nível central, seja em nível das organizações das escolas e que sua análise possibilita que dirigentes e educadores aprofundem “[...] as suas visões críticas frente a essas proposições [...]” (BUENO et al., 2003, p. 11). Por outro lado, advogam a necessidade de uma continuidade de estudos dessa natureza “[...] especialmente no que se refere às políticas em ação, isto é, de como essas questões estão sendo atacadas” (BUENO et al., 2003, p. 14).

Interessa-nos entender como os envolvidos nos processos educacionais se vêem como possíveis protagonistas de políticas de Educação que contemplem a relação inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas, uma trama que tem se revelado frágil no Estado do Espírito Santo (JESUS, 2009).

Cumpramos destacar que concordamos com Baptista (2004, p. 209), ao analisar o caso do Rio Grande do Sul, quando afirma que “[...] predominam as ‘fragilidades’ de uma estrutura de atendimento educacional que é precária estruturalmente e não em decorrência [somente] das recentes dissonâncias entre as diretrizes políticas e o cotidiano”.

Buscamos contribuir com os movimentos de (re)significação de concepções e práticas que remetam aos princípios de Educação de qualidade para todos, considerando a diferença. Assim, parece-nos fundamental que a universidade assuma a responsabilização acadêmico-social de fomentar a reflexão crítica pela via da formação continuada que toma como balizador a pesquisa-ação formação (JESUS, 2008).

CONSTRUINDO UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Tendo em vista possibilitar a formação continuada de gestores de Educação Especial tomamos como meta, nesse momento, dialogar com o grupo de gestores sobre o que deve constituir o processo de formação continuada de gestores da Educação Especial, tendo em vista subsidiar o planejamento da pesquisa-ação-formação (ANDRADE, BAPTISTA, MÜLLER, 2000).

Para execução do objetivo ora especificado, buscamos a aproximação entre sujeitos e pesquisadores, tendo em vista a reflexão coletiva. Realizamos um encontro nas dependências do PPGE-UFES. Foram convidados gestores de Educação Especial de três Superintendências

Regionais de Educação (SRE) e dos municípios que compõe as regionais, compareceram profissionais gestores de 17 municípios e de 3 SREs. As sedes de tais SREs se localizam na região metropolitana, embora incluam municípios que não pertencem à região metropolitana.

Utilizamos a metodologia dos grupos focais (GATTI, 2005), com o objetivo de conhecer as preocupações, atitudes, avaliações e possibilidades anunciadas pelos participantes, a partir da análise dos resultados de pesquisas anteriores apresentados ao grupo. Esses dados funcionaram como disparadores de uma perspectiva propositiva relativa à formação continuada de gestores na área.

As discussões foram áudio-gravadas e, também, registradas pelos participantes do grupo. O pressuposto dos pesquisadores é de que a formação continuada precisa ser pensada a partir das indicações daqueles que estão vivenciando os espaços de atuação.

Concordamos com Gonçalves (2008) quando argumenta que as formações precisam ter “sentidos” para os participantes e isso acontece quando estas respondem as suas demandas, mas ao mesmo tempo os assume como sujeitos de conhecimento, em um processo de se constituírem em profissionais reflexivo-críticos de suas práticas individuais e coletivas, a partir da análise do contexto considerando, também, o contexto de esferas mais amplas.

O QUE DESAFIA OS GESTORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL?

Os participantes foram solicitados a analisar as tensões/alternativas vividas em suas atividades como gestores de Educação Especial, bem como sobre quais deveriam ser os componentes curriculares de um curso de formação continuada, a ser oferecido pelo PPGE-UFES, com a duração de 200 horas, no primeiro semestre de 2011, destinado a gestores de Educação Especial de todo o Estado. Tal questão se constituiu no foco central de análise desse texto.

A análise das discussões áudio-gravadas, por ocasião dos grupos focais, sinaliza para vários eixos importantes de conteúdos a serem objetos de estudo no curso de formação de gestores, conforme a proposta dos participantes.

O primeiro eixo diz respeito à questão do financiamento da Educação Especial. Nessa direção os gestores levantam questões referentes à legislação atual sobre o tema, com o destaque para o chamado “duplo financiamento”. Enfocam, ainda, a necessidade de conhecer melhor os processos de captação de recursos federais, municipais e estaduais, bem como o gerenciamento financeiro em nível local.

Também a Legislação Nacional específica sobre a Educação Especial é evocada como temática a ser estudada. Alguns gestores apontam a necessidade de conhecer também os aparatos legais estaduais e locais. Encontramos sinalizações sobre a relevância dos estudos que historicizem a Educação Especial no Brasil.

O terceiro eixo aponta para as questões curriculares. Destaca-se a interface entre o ensino comum e o ensino especializado, a temática da avaliação educacional de alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento e as adaptações curriculares. São evocadas,

a necessidade de análise das possibilidades de abordagem e o diálogo entre as escolas comuns e os órgãos centrais e destes com as instituições especializadas. O atendimento educacional especializado aparece em sua complexidade, ou seja, na tessitura das relações interescolares, mas, também, entre as escolas comuns e instituições especializadas. Tal questão parece se constituir em aspecto central e evoca diferentes direcionamentos.

A formação continuada é significada como desafio para todos. Os gestores entendem sua responsabilidade por fomentá-la, no entanto, há dificuldades tanto sobre o processo, quanto sobre a garantia de condições concretas. Por outro lado, não se colocam em um “lugar de poder”, de maneira que possam viabilizar a formação em diferentes contextos.

Os gestores apontam para a relevância da interface entre os diferentes órgãos da esfera pública que necessitam ser acionadas, tendo em vista viabilizar os processos de escolarização. Nessa linha aparecem com alta frequência setores de transporte, assistência social e saúde. Por outro lado, os gestores, também, focalizam a relevância de identificar modos de sistematizar a interface entre diferentes setores das secretarias de educação.

Com menor destaque aparece a temática da relação entre as responsabilidades e possibilidades de colaboração entre as esferas públicas estadual e municipal.

A análise das indicações apresentadas pelos gestores deixa evidente que suas preocupações são aquelas, também, apontadas por estudiosos-pesquisadores do tema. Prieto (2010, p.32) argumenta que a formação de profissionais da educação deva explorar as correlações entre o global e o local, salientando que é “[...] recomendável investir na formação dos profissionais de educação com intencionalidade de revelação dessas correlações [...]”. A mesma autora destaca a relevância de insistir na participação dos profissionais nas formulações de políticas educacionais. Neste sentido, argumentamos sobre a pertinência de participarem dos processos de pensar um projeto de formação continuada pessoal e coletiva.

Nossa aposta é de que a participação no processo de colaborar na elaboração de um projeto para sua própria formação seja instituinte de um compromisso diferenciado com tal formação, e mais importante, com a tentativa de constituir elementos que (re) signifiquem novas/outras práticas de gestão de Educação Especial. Não se trata de estabelecer uma relação linear entre formação continuada, política educacional e práticas de gestão, mas de evocar a noção de que as formações continuadas tem se mostrado frágeis, com destaque para aquelas desenhadas de maneira distante das realidades locais e sem seus protagonistas (ALMEIDA, 2004).

A participação coletiva na definição de conteúdos de um curso voltado para os próprios participantes os coloca no lugar de “gestores” responsáveis por sua própria formação e nesse sentido os significam como sujeitos de conhecimento, capazes de buscarem levar para suas práticas de “formadores”, nos seus espaços locais, propostas de construções coletivas de formação, ou seja, ressignificando tais processos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROCESSUALIDADE

Pretendemos, a partir da leitura da realidade que nos foi possibilitada pela realização do estudo “Políticas de Educação, Inclusão Escolar e Diversidade pelo olhar daqueles que as praticam: por diferentes trilhas” (JESUS, 2009), instituir com um grupo de profissionais gestores da Educação Especial do Estado um processo de formação continuada.

O corpus de conhecimento constituído a partir do encontro com os pesquisadores e gestores aponta para a relevância da discussão de temas tais como: financiamento, legislação, história, currículo, relações intersetoriais, relações público-privado, “parcerias” formação continuada, como temas importantes de conhecimento de que necessitam dispor.

Naturalmente, outros tantos temas necessitam ser tensionados, considerando as realidades locais. Entendemos que essa aposta coletivamente construída dar-se-á ao longo do processo de sistematizar a proposta, bem como, ao longo do tempo de sua realização. Esse movimento realizado se constituiu como um momento inicial, simultaneamente, de participação e formação tanto para os gestores locais, quanto para os pesquisadores. Os últimos assumindo uma postura de que, também, se formam ao partilhar a responsabilização do planejamento com aqueles que vivem os cotidianos.

Nessa etapa de realização do projeto buscamos evidenciar as possibilidades de gerar no coletivo uma proposta de formação, criando condições para que os saberes e demandas dos profissionais da área fossem visibilizados, conforme argumenta Santos (2007) quando nos diz da relevância dos estudos locais, que apresentam uma visão alternativa da realidade, permitindo uma nova ecologia sobre os saberes dos espaços mais remotos, que ultrapassam os olhares hegemônicos a partir das realidades centrais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. L. **Formação continuada como processo crítico-reflexivo-colaborativo: possibilidades de construção de uma prática inclusiva.**2004. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- ANDRADE, S. G.; BAPTISTA, C. R.; MÜLLER, L. I. **As diferenças vão à escola:** interatividade, individualização e a formação de professores. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd, GT – Educação Especial, Caxambu, 24 a 28 de set. 2000.
- BAPTISTA. C.R. **Ciclos de formação, educação especial e inclusão. Frágeis conexões?** Ciclos na escola tempos na vida: criando possibilidades/ organizado por Jaqueline Moll-Porto Alegre: Artmed,2004.
- BRASIL. **Diretrizes** Nacionais para a **Educação Especial** na Educação Básica. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Resolução Nº 2 de 11 de setembro de 2001.
- BRASIL. Congresso Nacional. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. São Paulo,

MEC/SEESP, 2007.

BUENO, J.G.B. et al. **As políticas regionais de educação especial no Brasil**. Trabalho encomendado apresentado na 26ª Reunião anual da ANPED, Poços de Caldas, MG, 5 a 8 de outubro de 2003.

GATTI, B.A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GONÇALVES, A. F. S. **As políticas públicas e a formação continuada dos professores: na implementação da inclusão escolar no município de Cariacica**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

JESUS, D. M. **O que nos impulsiona a pensar a pesquisa-ação colaborativo-crítica como possibilidade de instituição de práticas educacionais mais inclusivas?** In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (orgs.). **Educação Especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

_____. **Dialogando com as produções dos municípios e Superintendências Regionais de Educação**. Anais do Colóquio de Políticas Públicas em Educação Especial no Espírito Santo: dialogando com as produções da Superintendências Regionais de Educação e dos municípios (2). Vitória: UFES/PPGE, 2009. (CD-ROM)

PANTALEÃO, E. A. **Formar formando-se nos processos de gestão e inclusão escolar**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

PRIETO, R. G. **Sobre mecanismos de (re) produção de sentidos das políticas educacionais**. Educação Especial: diálogo e pluralidade/Organização de Cláudio Roberto Baptista, Kátia Regina Moreno Caiado e Denise Meyrelles de Jesus... et alii- Porto Alegre: Editora Mediação, 2010 (2.ed.atual.ortog.) 304 p.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.